

♥1. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ressalvados os decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- (C) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- (D) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

♥2. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Assinale a alternativa correta:

- (A) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após a sua vigência.
- (B) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (C) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas.
- (D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde pelos atos já praticados.

♥3. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

O conceito analítico de crime apresenta como um de seus elementos constituidores a tipicidade. No contexto do fato típico observa-se um aparente conflito entre normas penais aplicáveis ao caso concreto. Com base nos seus conhecimentos sobre Direito Penal, assinale a alternativa que não apresenta um dos mecanismos principiológicos utilizados para solucionar os conflitos aparentes de normas:

- (A) Princípio da subsidiariedade
- (B) Princípio da insignificância
- (C) Princípio da consunção
- (D) Princípio da alternatividade
- (E) Princípio da especialidade

♥4. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

A culpa é elemento constituidor do crime, ou seja, sua presença se faz essencial para avaliação da responsabilidade penal do agente por ato considerado ilícito. Nesse sentido, a culpa apresenta diversas nuances capazes de serem identificadas a partir do estudo minucioso dos

termos contidos na legislação pátria.

Sobre o tema, assinale a alternativa que não contém descrição de ato culposo relevante aos olhos do Direito Penal:

- (A) Realização de ato sem a necessária aptidão técnica para o exercício da função ou ofício
- (B) Prática de ato tido como perigoso, agindo com precipitação e sem cautela
- (C) Realização de ato cujo resultado danoso é sabido pelo agente e lhe causa indiferença
- (D) Exercício de ato sem precaução quanto a eventual resultado danoso
- (E) Prática de ato cujo resultado danoso é previsto, mas há certeza por parte do agente quanto a sua não ocorrência

♥5. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Em relação ao dolo o Código Penal adota as teorias:

- (A) Da vontade e do assentimento.
- (B) Da vontade e da cognição.
- (C) Da representação e do assentimento.
- (D) Da probabilidade e da cognição.

♥6. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Analise os itens abaixo sobre a teoria do erro.

I. O erro de tipo essencial incide sobre elementar do tipo quando a falsa percepção de realidade faz com que o

agente desconheça a natureza criminosa do fato.

II. O erro sobre objeto é irrelevante para o Direito Penal, já que o agente, mesmo quando realiza a conduta que recai sobre coisa alheia, responderá criminalmente pelo crime cometido nos limites do tipo penal.

III. O aberratio ictus é modalidade de erro accidental

que não exclui a tipicidade, sopesando ao agente uma responsabilização em âmbito penal.

IV. O aberratio criminis é o desvio na execução do delito e recai sobre o objeto jurídico do crime, sendo que sua verificação não exclui a tipicidade.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas I e III estão corretos

(B) Apenas II e IV estão corretos

(C) Apenas II e III estão incorretos

(D) Apenas III e IV estão incorretos

(E) I, II, III e IV estão corretos

♥7. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

A teoria do erro detém grande importância para avaliação da responsabilidade penal de indivíduo acusado do cometimento de delito.

Sobre o erro de tipo, assinale a alternativa correta:

(A) Erro de tipo é equívoco de representação, ou seja, o agente atinge terceiro achando tratar-se de pessoa

que visava atingir com sua conduta ilícita

(B) Conhecido como “aberratio ictus”, o erro de tipo se vislumbra quando do momento da execução do delito terceiro é atingido sem que o agente tenha vontade de o fazê-lo

(C) O erro de tipo é uma modalidade de erro que,

quando verificada, não exclui o dolo, cabendo ao julgador verificar a ocorrência de engano durante a execução do delito e aplicar-lhe pena mais branda

(D) Erro verificável quando o agente criminoso supõe que sua conduta recai sobre determinada coisa e na realidade recai sobre outra

(E) Trata-se de erro sobre elemento constitutivo do

tipo legal, excluindo o elemento subjetivo e permitindo uma condenação por ato culposos, quando previsto em lei penal

♥8. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Os itens abaixo dizem respeito à figura da tentativa em Direito Penal.

Analisar as afirmativas abaixo e assinalar a alternativa correta.

I. Tentativa branca é aquela que ocorre quando o agente, embora tendo empregado os meios ao seu alcance, não consegue atingir a coisa ou a pessoa.

II. Constitui-se como sendo o único elemento constituidor da tentativa a interrupção da execução por circunstâncias alheias à vontade do agente.

III. Nos crimes preterdolosos não se admite a tentativa.

IV. A pena por crimes tentados é a mesma do consumado, mas diminuída em ¼ (um quarto).

Assinalar a alternativa correta.

(A) Apenas I e II estão corretos

(B) Apenas II e IV estão corretos

(C) Apenas I e III estão corretos

(D) Apenas II e III estão incorretos

(E) I, II, III e IV estão incorretos

♥9. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

Assinalar a alternativa que não contempla uma das excludentes de antijuridicidade dispostas no Código Penal Brasileiro:

(A) Realização de ato após coação moral irresistível

(B) Exercício regular de uma aptidão abarcada pelo Direito

(C) Imposição legal de um comportamento ao agente

(D) Ato de afastamento da situação de perigo para salvaguardar um bem jurídico próprio ou de terceiro

(E) Utilização moderada de meios necessários para repelir injusta agressão, atual ou iminente

♥10. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

São isentos de pena os agentes que detêm determinadas condições especiais ou que realizam o fato tido como crime em situações extraordinárias. Sobre o tema, assinalar a alternativa que não contempla uma causa excludente de culpabilidade.

(A) Legítima defesa

(B) Doença mental que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato

(C) Desenvolvimento mental incompleto que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato

(D) Embriaguez completa proveniente de caso fortuito

ou força maior

(E) Retardamento mental que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato

♥11. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Assinale a alternativa incorreta:

(A) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(B) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

(C) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.

(D) A emoção e a paixão não excluem a imputabilidade penal.

♥12. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Quanto à isenção de pena, assinale a alternativa incorreta:

(A) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

(B) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena.

(C) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um a dois terços.

(D) O desconhecimento da lei é inescusável.

♥13. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

O exercício do poder de punir em matéria penal pelo

Estado possui um prazo determinado em lei. Na inércia do ente público em aplicar a devida reprimenda observar-se-á o instituto da prescrição, uma das causas extintivas da punibilidade disposta no Código Penal.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta sobre a prescrição:

(A) O oferecimento de denúncia ou queixa interrompe a contagem do prazo prescricional

(B) Caso haja a expedição de carta precatória e/ou rogatória, não será suspenso o prazo prescricional

(C) Prescreve em 25 anos a pretensão de processamento de crimes cuja pena é superior a oito anos

(D) O crime de racismo é imprescritível

(E) A prescrição, mesmo depois de transitada em julgado a sentença penal condenatória para a acusação, regula-se pela maior pena em abstrato prevista

♥14. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Em relação ao crime de apropriação indébita previdenciária (art.168-A do Código Penal), assinale a alternativa incorreta:

(A) É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

(B) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes da sentença, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.

(C) Incorre nas mesmas penas quem deixar de recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público.

(D) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

♥15. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Em relação às Súmulas do Supremo Tribunal Federal, em matéria penal, assinale a incorreta:

(A) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

(B) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, mesmo após o recebimento da Denúncia, obsta o prosseguimento da ação penal.

(C) Não se admite a continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

(D) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

♥16. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

Os crimes contra o patrimônio reservaram grande atenção por parte do legislador, ao passo que este estipulou diversas condutas passíveis de sanção criminal, com a finalidade de resguardar o bem jurídico pessoal.

Sobre essa modalidade de crime, assinale a alternativa correta:

(A) Não constitui crime de estelionato emitir cheque sem provisão de fundos em poder do sacado

(B) A pena pelo crime de apropriação indébita é diminuída nos casos em que o ato criminoso é perpetrado por tutor ou curador

(C) O crime de receptação não admite a modalidade culposa

(D) É isento de pena o cônjuge que comete crime furto em face do companheiro durante a constância do casamento

(E) Não será punido criminalmente quem, de qualquer modo, apropriar-se de coisa alheia perdida

♥17. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Assinale a alternativa correta:

(A) O crime de fraude à execução se processa mediante ação penal pública condicionada à representação.

(B) O crime de receptação não é punível, se desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.

(C) O crime de receptação não admite a modalidade culposa.

(D) É isento de pena quem comete o crime de furto em prejuízo de seu cônjuge, na constância da sociedade conjugal, desde que este não tenha idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

♥18. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Assinale a alternativa incorreta:

(A) A pena para o crime de falso reconhecimento de firma ou letra (art.300 do Código Penal) é a mesma, tenha a falsificação sido realizada em documento público ou particular.

(B) Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

(C) Incorre nas mesmas penas do crime de falsificação de documento público (art.297 do Código Penal) quem insere ou faz inserir na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.

(D) Para fins do crime de falsificação de documento particular (art.298 do Código Penal) equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.

♥19. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

Não constitui crime contra a administração pública:

(A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal

(B) Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo

(C) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadorias

(D) Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público

(E) Desobedecer à ordem legal de funcionário público

♥20. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/PROVIMENTO/2014)

Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio; exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida; solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem; e oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir

ou retardar ato de ofício, caracterizam, respectivamente, os crimes:

(A) Peculato; corrupção ativa; corrupção passiva; e concussão.

(B) Peculato; concussão; corrupção ativa; e corrupção passiva.

(C) Corrupção ativa; peculato; concussão; e corrupção passiva.

(D) Peculato; concussão; corrupção passiva; e corrupção ativa.

♥21. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

O estabelecimento de crimes de responsabilidade fiscal tem como um de seus objetivos evitar o cometimento de atos atentatórios ao coerente exercício da Administração Pública. Sobre os tipos existentes no ordenamento jurídico, assinale a alternativa incorreta.

(A) Constitui crime contra as finanças públicas autorizar a inscrição de despesa que exceda limite estabelecido em lei

(B) É tido como crime o ato de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei

(C) Vedado ao agente, sob pena de punição em esfera penal, ordenar despesa não autorizada por lei

(D) Será punido criminalmente o agente que promover a oferta pública de títulos da dívida pública sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia

(E) É crime ordenar o aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura

♥22. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2017)

Assinale a alternativa correta considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre a aplicação da lei penal no tempo.

(A) Uma conduta só pode ser considerada crime se houver preceito legal anterior que assim a defina

(B) Uma conduta é considerada crime se for criada norma nesse sentido antes do julgamento ainda que ao tempo da prática não existisse a citada lei

(C) Uma conduta é considerada crime se for criada norma nesse sentido antes da prisão ainda que ao tempo da prática não existisse a citada lei

(D) Uma conduta é considerada crime se for criada norma nesse sentido a qualquer tempo

(E) Uma conduta é considerada crime se for criada norma nesse sentido mesmo após a declaração judicial de inexistência do tipo penal

♥23. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013)

O princípio da reserva legal constitui-se na garantia individual de que o poder de punir do Estado em matéria penal será exercido nos limites da norma positivada, permitindo a criação de tipos penais incriminadores e a instituição de penas por intermédio de:

(A) Qualquer espécie normativa, desde que elaborada em observância ao regular processo administrativo ou legislativo.

(B) Lei ordinária e medida provisória, já que esta última também possui força de lei até que seja submetida a regular processo legislativo.

(C) Decreto legislativo, já que são funções exclusivas do Poder Legislativo a criação de direito novo, a imposição de obrigações de caráter geral e a definição de sanções jurídicas.

(D) Decreto-lei, regularmente elaborado no exercício do poder administrativo-normativo do chefe de Poder Executivo, já que o ato de legislar encontra-se no feixe de atribuições típicas deste Poder.

(E) Lei em sentido estrito, entendida esta como a espécie normativa aprovada em regular processo legislativo levado a efeito no âmbito do Poder Legislativo.

♥24. (IBFC - PAPILOSCOPISTA POLICIAL (PC RJ)/2014)

Segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal

Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o aplicador da lei

penal deve seguir alguns requisitos para aplicação do princípio da insignificância. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um desses requisitos:

(A) Mínima ofensividade da conduta do agente.

(B) Inexpressividade da lesão jurídica causada.

(C) Reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente.

- (D) Ausência de periculosidade social da ação.
(E) Estar o crime inserido no título “Dos Crimes contra o Patrimônio” do Código Penal.

♥25. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2020)

A entrada em vigor da nova Lei de Drogas, revogando a anterior, fez com que o crime de porte de drogas para consumo pessoal deixasse de prever a aplicação de pena privativa de liberdade, passando a adotar as seguintes como sanções: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Nesse sentido, no que tange à pena aplicável ao autor do citado delito, é correto afirmar que a nova lei de drogas constitui um exemplo de:

- (A) novatio legis não incriminadora
(B) abolito criminis
(C) novatio legis in pejus
(D) novatio legis in melius
(E) lei intermediária

♥26. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta sobre o tema da lei penal no tempo e, mais especificamente, o que se entende por *lex tertia*.

- (A) Trata-se da revogação de uma incriminação penal por uma lei posterior que não mais considere o fato como criminoso
(B) Trata-se da aplicabilidade da lei posterior que de qualquer modo favorece o agente e aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado
(C) Trata-se da aplicabilidade da lei posterior que de qualquer modo favorece o agente e aplica-se aos fatos anteriores, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado
(D) Trata-se da combinação de leis que se mostra necessária por força da equidade, para regular algumas situações transitórias, que se verificam em face da sucessão de leis penais

♥27. (IBFC - SOLDADO (PM PB)/COMBATENTE/2018)

Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que admite a possibilidade de reconhecimento e aplicação da “ultratatividade penal”:

- (A) lei penal incriminadora
(B) lei penal interpretativa
(C) lei penal excepcional
(D) lei penal explicativa

♥28. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta sobre a teoria da ubiquidade utilizada no Direito Penal e que trata do lugar do crime.

- (A) Considera-se praticado o delito no local no qual se produziu ou deveria ter sido produzida a ação, ainda que tenha sido outro o lugar do resultado
(B) O lugar do crime é aquele onde o resultado se verificou, pouco importando o lugar no qual a ação ou omissão se deu
(C) O lugar do crime é aquele no qual se realizou a ação ou a omissão, tanto quanto o lugar onde se realizou ou deveria ter sido realizado o resultado
(D) O lugar do crime é aquele onde o agente é capturado em razão da prática do fato tipificado como infração penal

♥29. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2017)

Assinale a alternativa INCORRETA considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre o crime de homicídio.

- (A) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, ao crime cometido no território nacional
(B) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
(C) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de tratados, ao crime cometido no território nacional
(D) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional
(E) Aplica-se a lei brasileira, afastando-se convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional

♥30. (IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020)

A delimitação da extensão territorial de determinado

Estado é de extrema importância para a aplicação das normas, inclusive as normas penais. Sobre a lei penal no espaço, assinale a alternativa incorreta.

(A) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional

(B) Aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil

(C) Os casos de extraterritorialidade incondicional referem-se apenas a crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil

(D) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar

(E) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiro

♥31. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE PA)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2020)

Quanto ao "erro sobre elementos do tipo" e "erro sobre a ilicitude do fato", analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() Não cabe a incidência de erro de tipo nos crimes omissivos espúrios, em face do dever de agir para evitar o resultado, levando-se em conta a relação de normalidade ou perigo do caso concreto.

() O erro relativo à existência de uma causa de exclusão de ilicitude consiste em descriminante putativa por erro de proibição. Nesse caso, se inescusável o erro, afasta-se o dolo, subsistindo a responsabilidade por crime culposos, se previsto em lei.

() Ao agente provocador que atua dolosamente deverá ser imputado, na forma dolosa, o crime cometido pelo provocado. Já o agente provocado ficará impune, desde que escusável o seu erro.

() Incide sobre o "error in persona" a teoria da equivalência do bem jurídico atingido. Nesse caso, o agente responderá pelo crime praticado, porém, no momento da aplicação da pena, serão consideradas as condições da vítima virtual.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, F, F, V

(B) F, F, V, V

(C) F, V, V, F

(D) V, V, V, V

♥32. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta sobre como a legislação

brasileira sobre o Direito Penal define o erro sobre os elementos do tipo.

(A) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui a culpa e o dolo, mas permite a punição do agente

(B) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos

(C) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui apenas a culpa

(D) O erro incidente sobre a pretensão conceitual de relevância (tipicidade formal) exclui o dolo, e impede a punição por crime culposos

♥33. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2017)

Assinale a alternativa correta considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre a figura jurídica específica que denomina a situação em que não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.

(A) Crime irreal

(B) Crime consumado

(C) Crime hediondo

(D) Crime impossível

(E) Crime famélico

♥34. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2017)

Analisar a alternativa correta considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre Desistência voluntária e arrependimento eficaz.

- (A) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução responde pelo crime consumado
- (B) O agente que, voluntariamente, impede que o resultado se produza, responde pelo crime consumado
- (C) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados
- (D) Nos crimes cometidos com violência, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida à metade
- (E) Nos crimes cometidos com grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de dois terços a três quartos

♥35. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2017)

Assinale a alternativa correta considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre consumação e tentativa do crime.

- (A) O crime é consumado quando lhe faltar apenas um dos elementos de sua definição legal
- (B) O crime é tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente
- (C) O crime é consumado quando lhe faltar menos da metade dos elementos de sua definição legal
- (D) O crime é tentado, quando, antes de iniciada a execução, não há prosseguimento por circunstâncias alheias à vontade do agente
- (E) O crime é consumado, quando, iniciada ou não a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente

♥36. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Leia as assertivas e ao final marque a opção correta:

- I - O consentimento do ofendido é causa de extinção da tipicidade, sempre que apreça expressa ou tacitamente no tipo de injusto, como condição que deve estar necessariamente presente para funcionar como excludente.
 - II - Ainda a respeito da disciplina da ilicitude, é possível constatar que o nosso Código Penal relaciona quatro causas de exclusão da ilicitude, mas apenas explicitou conceitualmente duas delas em sua Parte Geral.
 - III - Age em legítima defesa de direito difuso de terceiros, a equipe policial que ingressa no interior de uma residência para prender em flagrante delito uma pessoa que lá se encontra, mantendo escondida em seu interior, farta quantidade de droga.
 - IV - Segundo a teoria da ratioessendi, a prática de uma conduta típica indicia sempre a sua própria ilicitude, de modo que se resultar provado que o agente agiu em legítima defesa, teremos o caso de uma conduta típica, mas com a exclusão de sua antijuricidade.
 - V - No que concerne ao instituto do estado de necessidade adotado pelo legislador pátrio, é possível afirmar que age em estado de necessidade exculpante, a equipe policial que ingressa no interior de uma residência para prender quem se encontra em flagrante delito.
- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - (B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - (C) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
 - (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - (E) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

♥37. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017)

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre a legítima defesa.

- (A) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem
- (B) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente ou não dos meios de que dispuser, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem
- (C) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem

(D) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente ou não dos meios de que dispuser, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem

(E) Entende-se em legítima defesa quem, usando dos meios de que dispuser, repele injusta agressão ou persegue quem a praticou, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem

♥38. (IBFC - SOLDADO (PM PB)/COMBATENTE/2018)

Apresenta-se como causa excludente da ilicitude:

(A) estrito cumprimento do dever legal

(B) coação física irresistível

(C) erro de direito

(D) obediência hierárquica à ordem não manifestamente ilegal

♥39. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2020)

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Apresenta-se como causa excludente de ilicitude.

(A) o exercício regular de direito

(B) a inimizabilidade

(C) a coação moral irresistível

(D) a obediência hierárquica

(E) o erro sobre a ilicitude do fato

♥40. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

(DEPEN MG)/2018)

Não há de se falar em crime quando o autor pratica a conduta:

(A) em estrito cumprimento de dever legal e no exercício regular de direito

(B) em estrito cumprimento de dever legal e na obediência hierárquica

(C) no exercício regular de direito e na coação moral irresistível

(D) em excesso de estado de necessidade e na inimizabilidade

(E) em legítima defesa recíproca e no erro de direito

♥41. (IBFC - SOLDADO (PM PB)/COMBATENTE/2018)

Relativamente à imputabilidade penal, assinale a alternativa correta:

(A) O menor de 18 (dezoito) anos pode adquirir a

emancipação penal, desde que tenha sido aprovado em concurso público e exercido cargo público efetivo

(B) O menor de 18 (dezoito) anos pode obter a emancipação penal, tornando-se imputável, desde que tenha concluído curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação

(C) Deve ser reconhecida a isenção de pena do agente

que, em virtude de desenvolvimento mental incompleto, se apresentava, no instante da ação ou da omissão, incapaz totalmente de compreender a antijuridicidade do evento

(D) O menor de 18 (dezoito) anos pode adquirir a

emancipação penal, tornando-se responsável criminalmente, desde que tenha em seu nome estabelecimento comercial ou empresarial

♥42. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017)

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal

e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre a imputabilidade penal.

(A) São inimputáveis os menores de dezoito anos e

semi-imputáveis aqueles que, por doença mental ou

desenvolvimento mental incompleto ou retardado,

eram, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente

incapazes de entender o caráter ilícito do fato ou de

determinar-se de acordo com esse entendimento

(B) São imputáveis os menores de dezoito anos e semi-imputáveis aqueles que, por doença mental ou

desenvolvimento mental incompleto ou retardado,

eram, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente

incapazes de entender o caráter ilícito do fato ou de

determinar-se de acordo com esse entendimento

(C) São inimputáveis os menores de dezoito anos e

aqueles que, por doença mental ou desenvolvimento

mental incompleto ou retardado, eram, ao tempo da

ação ou da omissão, inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de

acordo com esse entendimento

(D) São imputáveis os menores de dezoito anos e inimputáveis aqueles que, por doença mental ou desenvolvimento

mental incompleto ou retardado, eram, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapazes

de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

(E) São imputáveis os menores de dezoito anos e imputáveis aqueles que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não eram inteiramente capazes de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

♥43. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2017)

Assinale a alternativa correta considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre imputabilidade penal, quanto ao agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- (A) O agente é isento da pena
- (B) O agente terá a pena reduzida de um a dois terços
- (C) O agente terá a pena reduzida à metade
- (D) O agente terá a pena reduzida em um sexto
- (E) O agente terá a pena aumentada de um a dois terços

♥44. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta sobre a teoria adotada no Código Penal brasileiro sobre o concurso de pessoas.

- (A) Trata-se da teoria monista, segundo a qual, no concurso, existe um só crime, em que todos os participantes respondem por ele
- (B) Trata-se da teoria dualista, segundo a qual, no concurso, havendo diversidade de condutas, cada agente responde por um delito
- (C) Trata-se da teoria pluralista, segundo a qual, havendo pluralidade de condutas, devem-se distinguir coautores de partícipes, punindo cada qual com um crime
- (D) Trata-se da teoria igualitária, segundo a qual, havendo pluralidade de condutas, devem-se distinguir coautores de partícipes, punindo cada qual com um crime

♥45. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Sobre o concurso de agentes, leia as assertivas abaixo e ao final marque a opção correta:

I - Os crimes plurissubjetivos não se confundem com os crimes de concurso necessário. Nos primeiros os agentes podem se reunir eventualmente para praticar o crime, enquanto que nos segundos a tipicidade necessariamente só se dá com o concurso de agentes.

II - O Código Penal brasileiro atualmente vigente adota a teoria exclusivamente monista do concurso de agentes.

Em decorrência desta opção dogmática de nosso legislador, jamais, e em hipótese alguma, nossa legislação admitiu a possibilidade de excepcioná-la, para adotar a teoria pluralista.

III - Na chamada coautoria mediata, verifica-se a confluência da autoria mediata e da coautoria. Ademais, ela configura-se quando dois ou mais agentes se valem, cada qual de uma maneira, de outro agente não punível para executarem um crime.

IV - O concurso de agentes exige: interveniência de duas ou mais pessoas para o mesmo fato delituoso; identidade de infração penal; e vontade consciente de concorrerem todos os agentes para o mesmo crime, sendo irrelevante a contribuição causal de cada um.

V - Na chamada cooperação dolosamente distinta, um dos concorrentes apenas atua querendo praticar um fato menos grave do que aquele que efetivamente acaba sendo levado a efeito pelos demais concorrentes, razão pela qual apenas responderá pelo fato menos grave.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

♥46. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017)

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre a figura legal ligada à noção de que quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

- (A) Concurso de crimes
- (B) Concurso de pessoas

- (C) Crime continuado
- (D) Crime formal
- (E) Crime consumado

♥47. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2018)

As penas previstas no Direito Penal são:

- (A) medidas de proteção e de perda de bens
- (B) prestacionais e restritivas de liberdade
- (C) privativas de liberdade, restritivas de direito e multa
- (D) medidas socioeducativas e pecuniárias
- (E) ressocializadoras e pedagógicas

♥48. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE PA)/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2020)

Por concurso de crimes se entende a prática de duas

ou mais infrações penais, mediante a unidade ou pluralidade de condutas. Quanto às espécies do referido instituto, analise as afirmativas abaixo:

I. Segundo jurisprudência dos tribunais superiores,

não há continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão, ainda que praticados em conjunto, uma vez que os referidos crimes, apesar de serem da mesma natureza, são de espécies diversas.

II. Ocorre concurso material quando o agente, mediante uma só ação, pratica crimes de roubo contra vítimas diferentes, ainda que da mesma família, eis que caracterizada a violação a patrimônios distintos.

III. Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça, os desígnios autônomos que caracterizam o concurso formal próprio ou perfeito referem-se a qualquer forma de dolo, direto ou eventual.

IV. Dentre as espécies de crime continuado, o parágrafo único do artigo 71 do Código Penal prevê o crime continuado qualificado, segundo a doutrina, o qual se verifica nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta

♥49. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/ XVII)

Assinale a afirmação certa:

(A) Para o Supremo Tribunal Federal, é possível a suspensão condicional do processo em crime continuado, sendo irrelevante o somatório de pena mínima da infração mais grave com o aumento de um sexto a dois terços, considerando-se a pena de cada crime para suspensão.

(B) Para o Superior Tribunal de Justiça, não cabe a suspensão condicional do processo para as infrações penais cometidas em concurso material ou em concurso formal, quando a pena mínima cominada ultrapassar um ano em razão do somatório ou da fração incidente.

(C) No denominado erro na execução, quando por acidente sobrevém resultado diverso do que era pretendido pelo agente, este responde por culpa, se o fato é previsto como crime culposos. Mas se ocorre também o resultado pretendido, este, por ser doloso, absorve o primeiro.

(D) Quando o sujeito ativo, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, atinge pessoa diversa da que pretendia ofender, responde como se tivesse praticado o crime contra esta, em virtude do erro sobre a pessoa. Mas, se atingir também a pessoa que pretendia ofender, responderá pelos dois crimes em concurso material.

(E) No concurso material de crimes; no concurso ideal próprio; no concurso formal imperfeito; e no crime continuado, a dogmática jurídico-penal adotou, indistintamente, a regra do cúmulo de penas, haja vista que, em todos eles, prevalece o entendimento de que constituem delitos por acumulação.

♥50. (IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2018)

As penas privativas de liberdade devem ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados determinados critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso.

Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- (A) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deve começar a cumpri-la em regime semi-aberto

- (B) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), deve cumpri-la em regime fechado
- (C) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime semi-aberto
- (D) o condenado por crime contra a administração pública deve ter a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais
- (E) ao condenado transferido para o regime disciplinar diferenciado é vedada a realização de exame criminológico de classificação para individualização da execução

♥51. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Assinale a afirmativa certa:

- (A) O sujeito que no momento da prática do crime não era capaz de se determinar, completamente, de acordo com o entendimento do caráter ilícito do fato em razão de embriaguez culposa, poderá ter a pena reduzida de um a dois terços.
- (B) O critério psicológico determina cientificamente sempre a imputabilidade ou não do agente. Ao passo que o critério biológico etário adotado hoje pela lei penal, é passível de superação pelo juiz na sentença, quando razões de política criminal recomendem.
- (C) As medidas de segurança aplicáveis aos inimputáveis são: internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico; na falta deste em estabelecimento adequado; e sujeição a tratamento ambulatorial. Mas se estiver extinta a punibilidade, nenhuma dessas medidas deve incidir.
- (D) No caso de tratamento ambulatorial, o tempo limitado para sua ocorrência variará de um a três anos. Terminado o prazo determinado para sua realização, e constatado por perícia que o inimputável cumpriu o programa ambulatorial, sua liberação do tratamento será declarada cumprida em definitivo.
- (E) A doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado isentam de pena, se ao tempo da ação ou da omissão, ou entre a denúncia e a sentença, o agente era ou se torna inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

♥52. (IBFC - SOLDADO (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta. O crime de ameaça é de ação penal:

- (A) privada, exclusiva
- (B) pública incondicionada
- (C) privada, subsidiária da pública
- (D) pública condicionada à representação do ofendido ou de seu representante legal

♥53. (IBFC - SOLDADO (PM SE)/COMBATENTE/2018)

No crime de furto simples a titularidade da ação penal:

- (A) é da vítima, exclusivamente
- (B) é da vítima, concorrentemente com o Ministério Público
- (C) é do Ministério Público
- (D) é da vítima e do seu representante legal

♥54. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta sobre a consequência da morte do agente da conduta antissocial que a lei considera crime.

- (A) Atipicidade
- (B) Detração da pena
- (C) Extinção da punibilidade
- (D) Sursis

♥55. (IBFC - SOLDADO (PM PB)/COMBATENTE/2018)

Tício, logo após haver sido provocado injustamente por Mévio, sob o domínio de violenta emoção, pratica atos de violência contra Mévio, que vem a falecer imediatamente em função dos golpes de barra de ferro desferidos por Tício contra a sua cabeça. Em função de seu comportamento ilícito, Tício deverá responder pelo delito de:

- (A) homicídio qualificado por motivo torpe
- (B) homicídio privilegiado
- (C) homicídio qualificado por emprego de meio cruel
- (D) homicídio qualificado por emprego de forma insidiosa

♥56. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Sobre o crime de homicídio qualificado, é possível assinalar apenas como afirmativa correta:

- (A) São meios de execução que o qualificam: o veneno; a emboscada; a asfixia ou outro meio insidioso ou cruel.
- (B) São formas de execução que o qualificam: a traição; a dissimulação; a tortura ou outro recurso que dificulte ou tome impossível a defesa da vítima.
- (C) O motivo fútil consiste numa escala de desvalor que vai da desproporção entre o crime e a causa, passando pela insignificância, até a ausência de motivo.
- (D) O fogo é um meio cruel para a execução do homicídio, e também pode resultar perigo comum conforme as circunstâncias.
- (E) A superioridade de armas e a força física, são circunstâncias que sempre qualificam o homicídio, como meios que dificultam a defesa da vítima.

♥57. (IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020)

O atual Código de Direito Penal, recepcionado pela Constituição de 1988, inicia a Parte Especial tratando dos crimes contra a pessoa.

Sobre eles, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Também é crime se a lesão corporal for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade
- (B) Trata-se de homicídio qualificado aquele cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino
- (C) É crime o aborto de feto com anencefalia
- (D) É crime contra a pessoa praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir contágio
- (E) É crime abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono

♥58. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017)

As lesões corporais estão compreendidas nos dispositivos dos Crimes contra a Pessoa do Código Penal.

Sobre esse assunto, analise as afirmativas.

- I. As lesões corporais dividem-se em dolosas e culposas e ambas são subdivididas em leves, graves e gravíssimas.
- II. O conceito legal de lesão leve é obtido por exclusão.
- III. A incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias está relacionada à lesão corporal grave.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas
- (B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II
- (C) Estão corretas apenas as afirmativas I e III
- (D) Está correta apenas a afirmativa II
- (E) Estão corretas apenas as afirmativas II e III

♥59. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017)

O parágrafo segundo do artigo 129 do Código Penal estabelece casos de lesões corporais gravíssimas.

Assinale a alternativa que não resulta em lesão corporal gravíssima de acordo com o Código Penal.

- (A) Incapacidade permanente para o trabalho
- (B) Enfermidade incurável
- (C) Deformidade permanente
- (D) Aceleração do parto
- (E) Inutilização de membro

♥60. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/ODONTOLEGISTA/2017)

O artigo 129 do Código Penal Brasileiro estabelece o crime de lesões corporais. Sobre esse assunto, analise as afirmativas.

- I. A lesão corporal que tem como resultado aborto é classificada como lesão corporal seguida de morte.
- II. Inutilização de função é classificada como lesão gravíssima.
- III. Perda de sentido é classificada como lesão grave.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas
- (B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II
- (C) Estão corretas apenas as afirmativas I e III
- (D) Está correta apenas a afirmativa I
- (E) Está correta apenas a afirmativa II

♥61. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/ODONTOLEGISTA/2017)

O parágrafo primeiro do artigo 129 do Código Penal

estabelece casos de lesões corporais graves. Assinale a alternativa que não resulta em lesões corporais graves de

acordo com o Código Penal.

- (A) Debilidade permanente de membro
- (B) Incapacidade para as ocupações habituais por 10 dias
- (C) Aceleração do parto
- (D) Debilidade permanente de sentido
- (E) Perigo de vida

♥62. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2020)

O Código Penal prevê, em seu artigo 140, a injúria racial como crime, considerando a ofensa feita a uma determinada pessoa com referência à sua raça, cor, etnia, religião ou origem. Sobre a injúria racial assinale a alternativa correta.

- (A) Tem como bem jurídico a dignidade humana da coletividade
- (B) Trata-se de ação penal pública incondicionada
- (C) É imprescritível
- (D) Cabe fiança
- (E) A pena aplicada é detenção, de um a seis meses, ou multa

♥63. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2017)

Considere as disposições do Código Penal Brasileiro e assinale a alternativa correta sobre a pena aplicável pela prática do crime de injúria.

- (A) Detenção, de um a seis anos, ou multa, devendo o juiz aplicar a pena mesmo quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria
- (B) Reclusão, de um a seis anos, ou multa, podendo o juiz deixar de aplicar a pena quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria
- (C) Reclusão, de dois a oito anos, ou multa, devendo o juiz aplicar a pena mesmo quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria
- (D) Detenção, de um a seis meses, ou multa, podendo o juiz deixar de aplicar a pena quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria
- (E) Reclusão, de um a seis anos, ou multa, e Detenção de seis meses a um ano se o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria

♥64. (IBFC - SOLDADO (CBM BA)/2017)

Considere as disposições do Código Penal Brasileiro e assinale a alternativa correta sobre a prática do crime de injúria.

- (A) Prática Injúria aquele que ofender alguém atingindo-lhe a dignidade ou o decoro, cabendo, nesse caso, pena de detenção
- (B) Prática Injúria aquele que ofender alguém atingindo-lhe a dignidade ou o decoro, cabendo, nesse caso, pena de reclusão
- (C) Prática Injúria aquele que ofender alguém imputando-lhe falsamente fato definido como crime, cabendo, nesse caso, pena de detenção
- (D) Prática Injúria aquele que ofender alguém imputando-lhe falsamente fato definido como crime, cabendo, nesse caso, pena de reclusão
- (E) Prática Injúria aquele que ofender alguém imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação, cabendo, nesse caso, pena de reclusão

♥65. (IBFC - TÉCNICO DE REGISTRO DO COMÉRCIO (JUCEB)/2015)

Considere as disposições do Código Penal Brasileiro e assinale a alternativa correta sobre o crime de injúria.

- (A) O crime de injúria tem pena base de reclusão, de um a seis anos, ou multa.
- (B) O juiz pode deixar de aplicar a pena no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.
- (C) O juiz não pode deixar de aplicar a pena se o ofendido, ainda que de forma reprovável, tenha provocado a injúria.
- (D) Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes a pena passa a ser de reclusão de três meses a um ano mais multa, excluído-se a pena correspondente à violência.
- (E) Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência a pena passa a ser de detenção de um a três anos e multa.

♥66. (IBFC - SOLDADO (PM PB)/COMBATENTE/2018)

Apresenta-se como hipótese de furto qualificado

aquele que é cometido:

- (A) mediante abuso de confiança
- (B) no período do repouso noturno
- (C) mediante violência
- (D) mediante ameaça

♥67. (IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta sobre o latrocínio.

- (A) Trata-se de crime contra a pessoa
- (B) Trata-se de contravenção penal
- (C) Trata-se de crime contra a incolumidade pública
- (D) Trata-se de crime contra o patrimônio

♥68. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017)

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa em que não conste crime contra a pessoa.

- (A) Homicídio
- (B) Aborto
- (C) Femicídio
- (D) Indução a suicídio
- (E) Extorsão

♥69. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Assinale a resposta certa:

- (A) Para a configuração típica do crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, a lei penal prevê apenas a ação delituosa de ilusão mediante fraude, destinada a impedir o exercício de direitos trabalhistas, ou o desligamento do serviço através da simulação de dívidas contraídas pelo empregado.
- (B) Para a configuração típica do crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, é necessária a ação de recrutar seduzindo, mais de um trabalhador, com o fim de levá-los para qualquer lugarejo, mas desde que afastado daquele em que ocorreu o aliciamento.
- (C) Para a configuração típica do crime de redução a condição análoga a de escravo, o consentimento da vítima é elemento essencial a ser aferido, haja vista que não incide a punição em hipótese alguma, quando tal consentimento tenha sido dado, expressa ou tacitamente, pelo ofendido.
- (D) Para a configuração típica do crime de redução a condição análoga a de escravo basta que a vítima tenha sido submetida, eventualmente, a apenas uma jornada exaustiva de trabalho, ou a um episódio degradante de trabalho, casos em que há evidente violação da dignidade humana.
- (E) Para a configuração típica do crime de atentado contra a liberdade de trabalho, a grave ameaça capaz de constranger alguém a trabalhar durante certo período de tempo ou em determinados dias, pode se consubstanciar na promessa, pelo empregador, de rescisão do contrato de trabalho.

♥70. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2020)

Sobre a definição de crime de importunação sexual, assinale a alternativa correta.

- (A) ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima
- (B) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso
- (C) praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro
- (D) induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem
- (E) constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função

♥71. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Leia as assertivas abaixo e assinale a opção correta:

I - O crime específico de tráfico de pessoas consiste em agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; submetê-la a

trabalho em condições análogas à de escravo; submetê-la a qualquer tipo de servidão; adoção ilegal ou exploração sexual.

II - A pedofilia por meio da infonnática ou telemática também se caracteriza quando alguém assegura meios ou serviços para o armazenamento ou o acesso por rede de computadores às fotografias, cenas, imagens ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, mas não quando o responsável legal pela prestação do serviço, embora notificado, deixa de desabilitar o acesso ao conteúdo.

III - A aquisição, posse ou armazenamento de fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é crime sempre punido com reclusão de um a quatro anos e multa, sendo irrelevante para a aplicação da pena, que haja pequena quantidade de material pornográfico apreendido.

IV - O crime de estupro próprio, punido com a pena de reclusão de oito a doze anos e multa, consiste no constrangimento de mulher, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ela se pratique qualquer outro ato libidinoso diverso da conjunção carnal, assim como também quando da conduta resulta lesão corporal de natureza grave, ou se a vítima é menor de dezoito ou maior de catorze anos.

V - O recém introduzido crime de estupro de vulnerável consiste em ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de catorze anos. E incorre na mesma pena quem pratica as mesmas ações com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I e V estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

(E) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

♥72. (IBFC - ASSISTENTE TÉCNICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEE MG)/NÍVEL I GRAU A/APOIO TÉCNICO EM ESCOLAS ESTADUAIS - AUXILIAR DE SECRETARIA/2015/ EDUCAÇÃO REGULAR)

A violência contra a mulher ocorre de várias formas e em qualquer lugar e, pela legislação atual, pode ser: sexual, física, psicológica ou patrimonial. A violência sexual pode ser considerada um dos piores crimes praticados pelo ser humano e é punida através do _____. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

(A) Direito da Mulher

(B) Direito Doméstico

(C) Direito do Trabalhador

(D) Direito Penal

♥73. (IBFC - SOLDADO (PM BA)/2020)

Em face do crime de associação criminosa, assinale a alternativa correta.

(A) a pena aumenta-se até um terço se houver a participação de criança ou adolescente

(B) trata-se de crime de concurso eventual de agentes

(C) configura associação criminosa o ato de constituir,

organizar ou manter grupo de pessoas com a finalidade de praticar crimes previstos no Código Penal

(D) a pena aumenta-se até um terço se a associação é armada

(E) configura associação criminosa o ato de associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes

♥74. (IBFC - SOLDADO (PM PB)/COMBATENTE/2018)

A reparação do dano, a anterior à sentença transitada em julgado, faz com que seja extinta a punibilidade; se ocorre posteriormente, faz com que a pena seja reduzida de metade. Tal disposição legal se aplica ao crime de:

(A) peculato mediante erro de outrem

(B) peculato-furto

(C) excesso de exação

(D) peculato culposo

♥75. (IBFC - SOLDADO (PM PB)/COMBATENTE/2018)

A conduta típica de “fazer exigência de vantagem indevida, valendo-se da condição do cargo público, ou no exercício desta função”, configura o crime de:

(A) prevaricação

(B) concussão

(C) condescendência criminosa

(D) corrupção ativa

♥76. (IBFC - ADVOGADO (CM FRANCA)/2016)

Constitui crime próprio, contra a administração pública, no qual se exige do sujeito ativo a qualidade jurídica especial de funcionário público:

(A) Tráfico de Influência.

(B) Usurpação de função pública.

(C) Corrupção ativa.

(D) Facilitação de contrabando ou descaminho.

♥77. (IBFC - MÉDICO (PREF SGDA (RN))/PERITO/2021)

Em seu artigo 342, o Código Penal (CP) brasileiro prevê

o crime de falso testemunho ou falsa perícia.

São passíveis da prática do delito: testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete. Sobre isto, analise as afirmativas abaixo:

I. O crime prevê pena de reclusão, de 2 a 4 anos, e multa.

II. A punição aumenta, de um sexto a um terço, no caso de o crime ter sido praticado mediante suborno ou com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

III. No caso de a pessoa se retratar ou declarar a verdade, o crime deixa de existir.

IV. A retratação, no entanto, deve ocorrer antes de a sentença ser prolatada.

Assinale a alternativa correta:

(A) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas

(B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

(C) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas

(D) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas

♥78. (IBFC - PERITO OFICIAL (PCIE PR)/MÉDICO LEGISTA/ÁREA A/2017)

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal

e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa

correta sobre a pena cabível contra quem fizer afirmação

falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.

(A) Detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa

(B) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa

(C) Prisão simples de 2 (dois) a 3 (três) anos, apenas

(D) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, apenas

(E) Detenção de 3 (três) a 4 (quatro) anos e multa

♥79. (IBFC - JUIZ FEDERAL (TRF 2ª REGIÃO)/2018/XVII)

Examine o tipo penal do art. 359-A do CP, e assinale

a opção correta: “Art. 359-A, Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa: Pena - reclusão, de 1 (um) a 2

(dois) anos. Parágrafo único. Incide na mesma pena quem

ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno

ou externo: I - com inobservância de limite, condição ou

montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado

Federal; II - quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei”.

I - A tipicidade penal ora estabelecida se caracteriza

pela conduta consistente na ordenação, autorização ou realização de operação que tenha por fim conceder créditos a pessoas necessitadas ou interessadas em desenvolverem atividades econômicas.

II - A inobservância de limite, condição ou montante

estabelecido em lei, para a ordenação, autorização, ou

realização de operação de crédito, interno ou externo, é

elementar consistente no especial fim com que deve agir

o agente para que ocorra a tipicidade.

III - Os tipos penais estabelecidos no caput e no parágrafo único, ora em exame, são mistos ou de conteúdo variado, e são ainda modalidade de crimes contra a Administração Pública.

IV - Na modalidade prevista no inciso I do parágrafo

único, se está diante de norma penal em branco, na medida em que o tipo penal prevê o contorno exato da proibição, condicionando-a ao montante contido na resolução.

V - A consumação dos crimes estabelecidos no caput e

no parágrafo único, ocorre sempre com a entrega ou disponibilização efetiva do crédito ao interessado em obtê-lo, razão pela qual o crime se classifica como material.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

- (C) Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

♥80. (IBFC - ADVOGADO (CM FRANCA)/2016)

Constitui crime contra as finanças públicas:

- (A) propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- (B) ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.
- (C) deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
- (D) deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.

♥81. (IBFC - 2020 - TRE-PA - ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA)

A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Com relação ao tema, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Não fere o contraditório e o devido processo de decisão que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal
- (B) O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, pacificou o entendimento no sentido de ser admitida a chamada “execução provisória da pena”, após prolação de Acórdão condenatório em segunda instância, sendo que isso não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência
- (C) O cumprimento de prisão domiciliar não impede a liberdade de culto, razão pela qual, considerada a possibilidade de controle do horário e de delimitação da área percorrida por meio do monitoramento eletrônico, o comparecimento a culto religioso não representa risco ao cumprimento da pena
- (D) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais

♥82. (IBFC - 2020 - TRE-PA - ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA)

Considere o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às disposições do Código Penal e demais leis extravagantes para assinalar a alternativa incorreta.

- (A) A causa de aumento prevista no § 2º do art. 327 do Código Penal (CP), incidente nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, quando os autores forem ocupantes de cargos em comissão, função de direção ou assessoramento, não pode ser aplicada aos dirigentes de autarquias
- (B) É possível que se configure o crime de corrupção passiva (art. 317 do CP) na conduta de Deputado Federal (líder do seu partido) que receba vantagem indevida para dar sustentação política e apoiar a permanência de determinada pessoa no cargo de Presidente de empresa pública federal
- (C) Deve-se reconhecer a consunção entre os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro quando a propina é recebida no exterior por meio de transação envolvendo utilização de contas secretas em nome de uma “offshore”, na qual resta evidente a intenção de ocultar valores
- (D) Não configura o crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º da Lei nº 9.613/98) a conduta do agente que recebe propina decorrente de corrupção passiva e tenta viajar com ele, em voo doméstico, escondendo as notas de dinheiro nos bolsos do paletó, na cintura e dentro das meias, tampouco o fato de, após ter sido descoberto, dissimular (“mentir”) a natureza, a origem e a propriedade dos valores

♥83. (IBFC - 2020 - TRE-PA - ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA)

Com relação ao crime de peculato, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- () O Código Penal prevê hipótese de peculato culposo. () No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade;
- se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta. ()
- É hipótese de peculato o ato de dar às verbas ou rendas

públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, V

(B) V, V, F

(C) V, F, V

(D) F, F, V

♥84. (IBFC - 2018 - PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS - MG - PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

Constitui crime funcional praticado contra a ordem tributária:

(A) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação

(B) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato

(C) extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social

(D) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal

♥85. (IBFC - 2018 - PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS - MG - PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

No que se refere aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

(A) no caso de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade

(B) no caso de advocacia administrativa, se o interesse é ilegítimo, o crime é qualificado

(C) no crime de abandono de função, a conduta típica é a de abandono de cargo

(D) configura prevaricação a conduta do funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo

♥86. (IBFC - 2018 - CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA - BA - PROCURADOR JURÍDICO ADJUNTO)

Acerca dos crimes contra a Administração Pública, conforme dispõe o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), assinale a alternativa correta.

(A) A pena de reclusão, cominada para o crime Corrupção Passiva é aumentada de um sexto, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional

(B) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, somente quem, ainda que transitoriamente, exerce cargo, emprego ou função pública mediante remuneração

(C) A pena prevista para o crime de Tráfico de Influência é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário

(D) Na figura culposa do crime de Peculato, a reparação do dano, a qualquer tempo, reduz a pena imposta pela metade

♥87. (IBFC - 2017 - EMBASA - ENGENHEIRO (ENGENHARIA CIVIL/PRODUÇÃO CIVIL))

Assinale a alternativa incorreta sobre as previsões expressas da Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1997 que define os crimes de tortura e dá outras providências.

(A) Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa

(B) Aquele que submeter pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, incorre em pena diversa àquela prevista para o crime de tortura

(C) No crime de tortura, aumenta-se a pena de um sexto até um terço, se o crime é cometido por agente público

(D) No crime de tortura, aumenta-se a pena de um sexto até um terço, se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos

♥88. (IBFC - 2017 - EMBASA - ENGENHEIRO (ENGENHARIA CIVIL/PRODUÇÃO CIVIL)

Assinale a alternativa correta de acordo com as previsões expressas da Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

(A) É crime impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos

(B) É contravenção penal impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos

(C) É mero ilícito administrativo impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos

(D) É mero ilícito civil impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos

♥89. (IBFC - 2017 - POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - MÉDICO LEGISTA ÁREA B)

Em relação aos conceitos de imputabilidade e responsabilidade, analise as afirmativas abaixo.

I. Uma das características que o agente deve apresentar para que seja responsabilizado e sofra sanção, segundo o critério biopsicológico, é o desenvolvimento mental completo com alcance da maturidade psíquica.

II. Uma das características que o agente deve apresentar para que seja responsabilizado e sofra sanção, segundo o critério biopsicológico, é a ausência de doença ou transtorno mental.

III. Ao infrator considerado inimputável por apresentar transtorno mental será aplicada medida de segurança. Assinale a alternativa correta.

(A) Todas as afirmativas estão corretas

(B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II

(C) Estão corretas apenas as afirmativas II e III

(D) Estão corretas apenas as afirmativas I e III

(E) Está correta apenas a afirmativa I

♥90. (IBFC - 2017 - POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - MÉDICO LEGISTA ÁREA B)

O aborto é a interrupção da gravidez em qualquer época gestacional, antes da data prevista, com a morte do conceito, intra ou extrauterina. Em relação a esse assunto, analise as afirmativas abaixo.

I. O aborto realizado pelo médico para salvar a vida da gestante é chamado de aborto terapêutico.

II. O aborto indicado nas causas de estupro é chamado de aborto sentimental.

III. Somente o aborto sentimental é legalmente permitido no Código Penal.

Assinale a alternativa correta.

(A) Todas as afirmativas estão corretas

(B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II

(C) Estão corretas apenas as afirmativas II e III

(D) Está correta apenas a afirmativa II

(E) Está correta apenas a afirmativa III

♥91. (IBFC - 2017 - POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - MÉDICO LEGISTA ÁREA B)

Em relação às lesões corporais, assinale a alternativa que apresenta o resultado da lesão e sua classificação jurídica de forma incorreta.

(A) Aborto; Gravíssima

(B) Perda de um dos olhos; Gravíssima

(C) Escoriação nos braços; Leve

(D) Cicatriz irreversível na face; Gravíssima

(E) Perda do dedo mínimo de uma das mãos; Grave

♥92. (IBFC - 2017 - POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - PERITO CRIMINAL - ÁREA 2)

A Lei de Tóxicos, nº 11.343/2006, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, entre outras providências. Referente ao crime de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou

regulamentar, a pessoa será submetida às seguintes penas:

- I. advertência sobre os efeitos das drogas.
- II. prestação de serviços à comunidade.
- III. detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Estão corretas todas as afirmativas
- (B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II
- (C) Estão corretas apenas as afirmativas II e III
- (D) Estão corretas apenas as afirmativas I e III
- (E) Nenhuma das afirmativas está correta

♥93. (IBFC - 2017 - POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - PERITO CRIMINAL - ÁREA 2)

De acordo com a Lei de Tóxicos, nº 11.343/2006, analise as seguintes afirmativas a respeito das atividades de atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas.

I. Constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeitos da lei nº 11.343/2006, aquelas direcionadas para sua integração ou reintegração em redes sociais.

II. Constituem atividades de reinserção social do usuário ou do dependente de drogas e respectivos familiares, para efeitos da lei nº 11.343/2006, aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas.

III. As instituições da sociedade civil, com ou sem fins lucrativos, com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social, que atendam usuários ou dependentes de drogas poderão receber recursos do Funad, condicionados à sua disponibilidade orçamentária e financeira.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Estão corretas todas as afirmativas
- (B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II
- (C) Estão corretas apenas as afirmativas II e III
- (D) Estão corretas apenas as afirmativas I e III
- (E) Nenhuma das afirmativas está correta

♥94. (IBFC - 2017 - POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - PERITO CRIMINAL - ÁREA 1)

Assinale a alternativa correta, considerando o disposto expressamente na Lei nº 12.737, de 30/11/2012 (Lei dos crimes cibernéticos), sobre a AÇÃO PENAL nos casos do crime praticado por quem invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo:

- (A) Nesses casos, somente se procede mediante representação, mesmo que o crime seja cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos
- (B) Nesses casos, procede-se independentemente de representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios
- (C) Nesses casos, procede-se independentemente de representação, salvo se o crime é cometido contra empresas concessionárias de serviços públicos
- (D) Nesses casos, somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos
- (E) Nesses casos, a ação penal é sempre pública e incondicionada

♥95. (IBFC - 2017 - POLÍCIA CIENTÍFICA-PR - ODONTOLEGISTA)

Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre as espécies de infração penal.

- (A) Crime e contravenção penal são sinônimos
- (B) No caso de contravenção penal, admitem-se penas de reclusão e detenção, enquanto que, para os crimes, admite-se prisão simples
- (C) No caso de crime, admitem-se penas de reclusão e detenção, enquanto que, para as contravenções penais, admite-se prisão simples
- (D) No caso de contravenção penal, admite-se pena de reclusão, enquanto que, para os crimes, admite-se detenção
- (E) No caso de contravenção penal, admite-se pena de detenção, enquanto que, para os crimes, admite-se reclusão

♥96. (IBFC - 2016 - CÂMARA DE FRANCA - SP - ADVOGADO)

Constitui crime da mesma natureza dos delitos contra a ordem tributária:

- (A) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- (B) abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas;
- (C) sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação.
- (D) elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais.

♥97. (IBFC - 2015 - EMBASA - ANALISTA DE SANEAMENTO - ENFERMEIRO DO TRABALHO)

Assinale a alternativa correta considerando as disposições da lei federal nº 7.716, de 05/01/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

- (A) Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar é crime punível com detenção de dois a cinco anos.
- (B) Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público é crime punível com reclusão de um a três anos.
- (C) Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público é crime punível com reclusão de um a dois anos.
- (D) Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades é crime punível com detenção de um a cinco anos.

♥98. (IBFC - 2014 - PC-RJ - PAPILOSCOPISTA POLICIAL DE 3ª CLASSE)

Suponha que um determinado indivíduo vá até uma padaria e, utilizando uma cópia grosseira de uma nota de R\$ 10,00 (dez reais), consiga comprar pães, causando prejuízo ao referido estabelecimento. Este indivíduo praticou:

- (A) Crime de petrechos para falsificação de moeda e será julgado pela Justiça Federal.
- (B) Crime de moeda falsa e será julgado pela Justiça Federal.
- (C) Crime de estelionato e será julgado pela Justiça Estadual.
- (D) Crime de falsificação de papéis públicos e será julgado pela Justiça Estadual.
- (E) Crime contra o Sistema Financeiro Nacional e será julgado pela Justiça Federal.

♥99. (IBFC - 2014 - PC-RJ - PAPILOSCOPISTA POLICIAL DE 3ª CLASSE)

A respeito das penas, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- (A) Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu independe de prova por documento hábil.
- (B) É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos, se favoráveis as circunstâncias judiciais.
- (C) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- (D) A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- (E) Cominadas cumulativamente, em lei especial, pena privativa de liberdade e pena pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa.

♥100. (IBFC - 2014 - PC-RJ - PAPILOSCOPISTA POLICIAL DE 3ª CLASSE)

A respeito do crime de roubo, considere as seguintes assertivas:

- I. O aumento da pena na terceira fase de dosagem, em relação ao crime de roubo circunstanciado, exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.
- II. É possível aplicar, no furto qualificado pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
- III. Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base

apenas na gravidade abstrata do delito.

Estão corretas apenas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) Apenas I.

♥101. (IBFC - 2014 - PC-RJ - PAPILOSCOPISTA POLICIAL DE 3ª CLASSE)

Acerca do crime de furto privilegiado, assinale a alternativa que corresponde ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- (A) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal apenas nos casos de crime de furto simples, se estiverem presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa.
- (B) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.
- (C) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal apenas nos casos de crime de furto simples, sendo a coisa de pequeno valor, independentemente da primariedade do agente.
- (D) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem subjetiva.
- (E) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de crime de furto qualificado, sendo a coisa de pequeno valor, independentemente da primariedade do agente e da característica da qualificadora.

♥102. (IBFC - 2014 - PC-RJ - PAPILOSCOPISTA POLICIAL DE 3ª CLASSE)

Segundo o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, aquele que expõe à venda CDs e DVDs piratas pratica:

- (A) Crime de violação de direito autoral, previsto no art. 184, §2º, do Código Penal.
- (B) Contravenção Penal de exercício irregular da profissão, prevista no artigo 47 da Lei de Contravenções Penais.
- (C) Crime de concorrência desleal, previsto no artigo 195, da Lei nº 9.279/96.
- (D) Crime contra as relações de consumo, previsto no artigo 7º da Lei nº 8.137/90.
- (E) Não pratica crime algum, pois a conduta caracteriza livre exercício de trabalho ou profissão.

♥103. (IBFC - 2014 - PC-RJ - PAPILOSCOPISTA POLICIAL DE 3ª CLASSE)

Acerca da prescrição, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- (A) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- (B) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- (C) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- (D) A prescrição penal é aplicável às medidas socioeducativas impostas aos adolescentes infratores.
- (E) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo de pena cominada em abstrato no tipo penal incriminador.

♥104. (IBFC - 2014 - PC-RJ - PAPILOSCOPISTA POLICIAL DE 3ª CLASSE)

Suponha que um indivíduo primário, de bons antecedentes e não dedicado a atividades criminosas tenha praticado um tráfico ilícito de entorpecentes no mês de julho de 2006, quando estava em vigor a Lei nº 6.368/76, que previa a pena de reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos para o referido delito. Na data de seu julgamento

já vigora a Lei nº 11.343/06, que prevê, para o referido crime, pena de reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e uma causa de diminuição de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) para o agente primário, de bons antecedentes, que não se dedique a atividades criminosas e que não integre organização criminosa. Levando em consideração a situação hipotética narrada e o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta em relação à aplicação da lei penal neste caso:

(A) É incabível a aplicação retroativa da Lei nº

11.343/06, mesmo que mais benéfica ao réu, pois o fato ocorreu quando estava em vigor a Lei nº 6.368/76.

(B) É cabível a aplicação da pena prevista na Lei nº

6.368/76, com incidência da causa de diminuição prevista na Lei nº 11.343/06, pois o julgador deve alcançar o maior benefício para o réu.

(C) É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/06,

desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei nº 6.368/76, sendo vedada a combinação de leis penais.

(D) É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/06,

desde que o réu não possua contra si inquéritos policiais e ações penais em curso, pois isso lhe retiraria a primariedade e os bons antecedentes.

(E) É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/06,

ainda que mais prejudicial ao réu, pois a função do

Direito Penal é conferir maior rigor punitivo naquelas

infrações que a Constituição Federal considera equiparadas às hediondas.

♥105. (IBFC - 2014 - PC-SE - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA - SUBSTITUTO)

Segundo a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), as penas

são aumentadas de um sexto a dois terços se a infração

tiver sido cometida em alguns locais específicos. A respeito do tema, analise as assertivas abaixo:

I. Nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares.

II. Nas dependências ou imediações de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes.

III. Nas dependências ou imediações de recintos

onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer

natureza.

IV. Nas dependências ou imediações de locais de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social.

V. No interior de transporte público com a única finalidade de levar a droga ao destino de forma oculta, sem o intuito de disseminá-la entre os passageiros.

São causas de aumento de pena as hipóteses citadas

nos itens:

(A) I, II, III e IV, apenas.

(B) I, II, III e V, apenas.

(C) I, II, IV e V, apenas.

(D) I, III, IV e V, apenas.

♥106. (IBFC - 2014 - PC-SE - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA - SUBSTITUTO)

No crime de homicídio, previsto no título “Dos Crimes contra a Pessoa” do Código Penal, são circunstâncias qualificadoras, exceto:

(A) Se o crime é cometido contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

(B) Se o crime é cometido para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

(C) Se o crime é cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.

(D) Se o crime é cometido à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.

♥107. (IBFC - 2014 - PC-SE - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA - SUBSTITUTO)

No crime de favorecimento pessoal, previsto no título “Dos Crimes contra a Administração Pública” do Código Penal, algumas pessoas, pela sua qualidade pessoal, ficam isentas de pena em decorrência do auxílio prestado ao criminoso. NÃO se inclui entre elas:

(A) O irmão do autor do crime.

(B) O colateral até o segundo grau do autor do crime.

(C) O cônjuge do autor do crime.

(D) O ascendente do autor do crime.

♥108. (IBFC - 2014 - PC-SE - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA - SUBSTITUTO)

São crimes que se configuram durante a investigação

e a obtenção de provas, previstos na Lei nº 12.850/2013

(Lei de Combate às Organizações Criminosas), exceto:

(A) Praticar o agente infiltrado, no curso da investigação, crime doloso no âmbito da infiltração, quando inexigível conduta diversa.

(B) Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que

sabe ser inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas.

(C) Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes.

(D) Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, sem sua prévia autorização por escrito.

♥109. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO

- ÁREA JUDICIÁRIA)

Constitui sanção disciplinar prevista na Lei de Execução Penal:

(A) Advertência por escrito.

(B) Inclusão no regime disciplinar diferenciado.

(C) Perda do contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita.

(D) Restrição de direitos limitada a 60 (sessenta) dias.

♥110. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO

- ÁREA JUDICIÁRIA)

“Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.”

A previsão legal citada corresponde ao crime de:

(A) Coação no curso do processo.

(B) Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.

(C) Arrebatamento de preso.

(D) Favorecimento pessoal.

♥111. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO

- ÁREA JUDICIÁRIA)

Dentre os crimes praticados por particular contra a Administração em geral, NÃO se encontra:

(A) Desacato.

(B) Favorecimento real.

(C) Tráfico de influência.

(D) Sonegação de contribuição previdenciária.

♥112. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO

- ÁREA JUDICIÁRIA)

Sobre as causas extintivas da punibilidade, pode-se afirmar que:

(A) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

(B) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

(C) A sentença que conceder perdão judicial deverá ser considerada para efeitos de reincidência.

(D) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, no caso de tentativa, da data em que o fato se tornou conhecido.

♥113. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO

- ÁREA JUDICIÁRIA)

NÃO é pena restritiva de direito prevista no Código

Penal:

(A) Perda de bens e valores.

(B) Recolhimento domiciliar.

(C) Interdição temporária de direitos.

(D) Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

♥114. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO

- ÁREA ADMINISTRATIVA)

Comete o crime de “tergiversação”:

(A) Aquele que acusa-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.

(B) O advogado que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.

(C) O particular que presta a criminoso auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.

(D) A parte ou advogado que oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a perito para fazer afirmação falsa ou calar a verdade em perícia.

♥115. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO

- ÁREA ADMINISTRATIVA)

O funcionário público que solicita, para si, diretamente, vantagem indevida, em razão de sua função, comete o crime de:

- (A) Concussão.
- (B) Prevaricação.
- (C) Corrupção Ativa.
- (D) Corrupção Passiva.

♥116. (IBFC - 2014 - TRE-AM - ANALISTA JUDICIÁRIO

- ÁREA ADMINISTRATIVA)

Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida até um terço.
- (B) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- (C) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- (D) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

♥117. (IBFC - 2014 - SEAP-MG - AGENTE DE SEGU

-

RANÇA SOCIOEDUCATIVO)

Indique a alternativa CORRETA, de acordo com a Lei Federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura:

(A) A pena prevista para o crime de tortura é aumen

-

tada de um sexto até um terço se houver resultado morte

(B) Aplica-se a lei dos crimes de tortura mesmo que o delito tenha sido praticado fora do Brasil, desde que a vítima seja brasileira.

(C) Se da conduta resulta lesão de natureza grave, a pena será de reclusão, de dois a oito anos; se resulta em lesão de natureza gravíssima, a pena será de reclu

-

são de quatro a dez anos.

(D) O crime de tortura é imprescritível, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

♥118. (IBFC - 2014 - SEAP-MG - AGENTE DE SEGU

-

RANÇA SOCIOEDUCATIVO)

Tício, servidor público, retira-se da repartição onde trabalha sem perceber que deixou aberta a gaveta com os valores arrecadados por ele. Armando se aproveita da situação e se apropria do dinheiro que se encontrava sob a guarda de Tício. Nessa hipótese, pode-se afirmar que:

- (A) Tício não cometeu crime algum.
- (B) Armando terá reduzida pela metade a pena que lhe for imposta na sentença, se devolver o dinheiro indevi

-

damente apropriado.

(C) Armando cometeu o crime de excesso de exação, sendo-lhe aplicada a causa de aumento da pena se o dinheiro tiver sido desviado em proveito próprio.

(D) Tício cometeu o crime de peculato culposos.

♥119. (IBFC - 2014 - SEAP-MG - AGENTE DE SEGU

-

RANÇA SOCIOEDUCATIVO)

Antônia, servidora pública federal, exigiu para si, em razão da função, vantagem indevida. Pode-se afirmar que a servidora cometeu o crime de:

- (A) Concussão.
- (B) Prevaricação.
- (C) Peculato.
- (D) Violência arbitrária.

♥120. (IBFC - 2014 - SEAP-MG - AGENTE DE SEGU

-

RANÇA SOCIOEDUCATIVO)

Caio, servidor público, que estava sendo processa

-

do pela prática do crime de peculato culposo, reparou o dano causado antes de prolatada a sentença condenató

-

ria. Diante dessa situação, configurou-se a:

(A) Excludente de imputabilidade.

(B) Circunstância atenuante

(C) Causa de extinção de punibilidade.

(D) Excludente de antijuridicidade.